

Est. Soc. [online]. 2014, vol. 2, n. 20

A GESTÃO DO "RISCO POLÍTICO" NA DEMOCRACIA MOÇAMBICANA. Análise e perspectivas

"POLITICAL RISK" MANAGEMENT IN THE MOZAMBICAN DEMOCRACY: REVIEW AND PROSPECTS

Luca Bussotti

Resumo

O artigo visa proporcionar uma leitura crítica da democracia moçambicana, desde 1992 (Acordos Gerais de Paz em Roma entre Renamo e Governo) até hoje. A ideia básica do artigo assenta no conceito de "risco político". As etapas evolutivas identificadas visam assinalar as modalidades de gestão desse risco no seio de um sistema bipartidário, formado pelo partido no poder, a Frelimo, e o da oposição, a Renamo, que deu origem às ambiguidades típicas de uma democracia "bloqueada", cuja natureza somente em 1999 é que foi revelada em pleno, em ocasião das segundas eleições gerais. Com a eleição, em 2004, do atual Presidente Armando Guebuza, e ainda mais com o X Congresso da Frelimo, em setembro de 2012, o risco político foi gerido de forma ainda mais dura: o processo de "desdemocratização" do país acentuou-se, e Moçambique transformou-se num país semi-ditatorial. A gestão do risco político e social tornou-se sempre mais repressiva, usando qualquer meio disponível, embora tendo o cuidado de não infringir de forma patente a lei. A reação do Governo às manifestações populares de 2008 e 2010, assim como os processos eleitorais de 2009 e 2013, todos em detrimento do terceiro partido, o MDM, representam os principais exemplos dessa nova estação. Com base nessa análise, o artigo pretende perspectivar possíveis cenários, refletindo sobre como o "risco político" poderá ser gerido futuramente.

Palavras-chave

Moçambique. Democracia "bloqueada". Risco político. Processos eleitorais. Perspectivas.

Abstract

This article presents a critical perspective of the Mozambican democracy from 1992 (General Peace Agreement signed in Rome between Renamo and Government of Mozambique) until the current days. Its key idea is based on the concept of "political risk". It identifies successive phases related different political risk management modalities within the bipartisan system. The latter is comprised by Frelimo, the incumbent party, and Renamo, the opposition – this bipartisan feature led to typical ambiguities of a "blocked democracy", whose nature was only fully revealed in 1999 during the second general elections. After the 2004 election of President Armando Guebuza and even more after the Xth Frelimo Congress in September 2012, the political risk was managed in a tougher way: the de-democratization process was accelerated and Mozambique became a semi-dictatorial country. The management of political and social risks became even more repressive, using any means available, although ensuring that the law was not blatantly breached. The government reaction to the 2008 and 2010 street demonstrations as well as the 2009 and 2013 electoral processes – all to the detriment of a third party, the MDM – represent the main examples of this new phase. Based on this historical analysis, this article presents prospective scenarios, reflecting on how the "political risk" will be managed in the future.

Keywords

Mozambique. Blocked democracy. Political risk. Electoral processes. perspectives.

Introdução

Este artigo pretende analisar como é que a democracia moçambicana evoluiu desde a sua efetiva fundação (Acordos Gerais de Paz de Roma, assinados pelo chefe da Renamo, Afonso Dhlakama, e o Presidente da República, Joaquim Chissano, no dia 4 de outubro de 1992) até os dias atuais. Tal evolução é vista de acordo com a ótica relativa à gestão do "risco político" em Moçambique.

O trabalho tem três hipóteses fundamentais, a saber:

1. O risco político tem suas bases na primeira Constituição liberal e pluralista aprovada em 1990 e nos Acordos Gerais de Paz (AGP) de 1992 entre a maior força de oposição, a Renamo, e o Governo moçambicano, principalmente no que diz respeito à forma de Estado, sistema eleitoral, princípios gerais da República. Esta primeira hipótese será verificada analisando os principais conteúdos de tais Acordos, juntamente com o ordenamento do Estado, nomeadamente no que diz respeito aos poderes do Presidente da República.
2. A Constituição de 1990 e os AGP originaram ambiguidades entre as partes assinantes. A maior ambiguidade consistia no fato de o modelo que saiu desses processos aparentar ser extremamente avançado, na realidade expressando todas as características de uma democracia "bloqueada". Por isso é que não havia riscos aparentes: a Frelimo estava destinada a governar, a Renamo a fazer oposição, mas com o reconhecimento da "cidadania política", ao passo que a comunidade internacional estava a vigiar e a ajudar consistentemente na renascença do país. Chissano representava a pessoa ideal para fazer com que o diálogo com a oposição desse frutos significativos. O pluralismo das opiniões estava também garantido: em poucos anos formaram-se importantes grupos editoriais independentes, que deram origem a semanários e, nos anos 2000, a um diário ("O País", do grupo SOICO) de grande circulação, várias universidades privadas (que hoje constituem a maioria das mais de 40 operantes no país) foram abertas, ONGs, ativas no âmbito social, cultural e ambiental, começaram a marcar a vida civil de Moçambique. Em 1990 elas eram apenas 12, em 1993 somavam 87, em 1995 ultrapassaram o número de 100 (ALDEN, 2001). Este cenário muda em 1999, quando aquele risco supostamente altamente improvável, concretizou-se ou esteve preste a concretizar-se. A hipótese que se defende aqui é que, a partir da modalidade de gestão desse risco, a democracia moçambicana mudou de rumo, revelando em pleno a sua essência de "democracia bloqueada".
3. Finalmente, uma última reflexão será levada a cabo, à guisa de conclusão, visando vislumbrar as perspectivas possíveis que dizem respeito à gestão do risco político e social, assim como gerido principalmente a partir do Congresso da Frelimo de 2012.

O artigo consta de cinco partes: na primeira, será dado um breve quadro dos conceitos aqui usados; na segunda, serão analisadas as bases do risco político da democracia moçambicana; na terceira, serão apresentadas de forma sucinta as maneiras de gestão do risco político no seio da democracia bloqueada; na quarta, será analisado como o risco político e social têm sido abordados após o fim do bipartidarismo; nas conclusões será proporcionada uma reflexão final em volta das perspectivas de Moçambique hoje, com base na gestão do risco político que a Frelimo continua exercer.

1. Enquadramento conceitual

Os conceitos que merecem ser esclarecidos são dois: o de "democracia bloqueada" e o do "risco político". Os dois serão aplicados à realidade política moçambicana contemporânea.

Moçambique é considerado hoje como uma democracia "Partly Free" (FREEDOM HOUSE, 2012). Em outras classificações, ela é tida como bom exemplo do "autoritarismo competitivo" (LEVITSKY; WAY, 2002) ou "democracia autoritária" (RØNNING, 2009). De acordo com tais modelos, essas democracias têm eleições regulares, mas "*journalists, opposition politicians, and other government critics may be spied on, threatened, harassed, or arrested*" (LEVITSKY; WAY, 2002, p. 53). As eleições multipartidárias não representam, portanto, o indicador chave para determinar a natureza democrática de um regime, pois este "*may simply prove to be one-time-only vehicles through which governing elites consolidate their domestic hegemony*" (BRAATHEN; ORRE, 2001, p. 2). Moçambique enquadra-se nessas formas "híbridas" de democracia, mas distingue-se por uma peculiaridade: de ser um país "bloqueado". O que é que isso significa?

Nos estudos africanos, esta expressão tem sido usada algumas vezes, mas para designar conceitos diferentes do aqui proporcionado. Geralmente, fala-se de democracia "bloqueada" quando as instituições legais encontram-se numa situação de impasse, por causa de diversos fatores, por exemplo um empate nas eleições entre as duas principais forças políticas ou supostas fraudes eleitorais que levaram a uma crise política. É o caso, por exemplo, da partilha de poder no Zimbábue antes das últimas eleições ou do caso do Quênia em 2008. Esta situação tem sido definida como "*block for democracy*" ou, em alternativa, como um "*pragmatic model*"

(NILSSON, 2010). Em suma, a democracia “bloqueada” proposta por alguns analistas tem a ver com a maneira de gerir uma situação contingente. No nosso caso, este conceito pretende representar uma condição estrutural e “fundante” da essência da democracia num certo país (nesse caso Moçambique), não constituindo um momento conjuntural.

Este modelo deu-se, por exemplo, em alguns países europeus na altura da Guerra Fria, onde os partidos da esquerda (a partir dos comunistas) participavam regularmente nas eleições, mas sem qualquer hipótese de vitória. Provavelmente, a Itália constitui o melhor e mais duradouro caso desse modelo de democracia (RONCHEY, 1982; D’ANDREA, 2010). No caso de Moçambique, o “bloqueio” refere-se ao fato de a Renamo participar nos processos eleitorais, mas sem possibilidade de ganhá-los. Trata-se de uma situação estrutural, fundativa da democracia desse país.

O limite de tolerância da democracia bloqueada consiste na possibilidade de o partido no poder perder as eleições e, conseqüentemente, o próprio poder. É isso que representa o “risco político” deste sistema.

O risco político consiste no fato de tornar impossível a alternância na governação. A dificuldade, neste caso, não consiste tanto na pura manutenção do poder, mas sim mantê-lo mediante meios aparentemente ou parcialmente democráticos e legais, uma vez que não estamos diante de um regime autoritário e repressivo. As classes dominantes conhecem perfeitamente o limite além do qual o sistema não pode tolerar alterações, enquanto os eleitores vivem na convicção de que aquela democracia é plena, desconhecendo este limite. Neste sentido, a comunicação social desempenha um papel fundamental em propalar uma ideia de democracia que não seja bloqueada mas sim madura e aberta. Poderá haver choques quando o risco, graças aos mecanismos democráticos vigentes no país – as eleições acima de tudo –, irá concretizar-se, ou seja, quando um dos partidos que não está no poder conseguirá a maioria e, portanto, o direito a governar. Para evitar esta situação, o partido que governa terá que fazer com que ela não venha a acontecer: aqui, a necessidade de controlar os órgãos que superintendem aos processos eleitorais, de maneira a alterar os resultados das urnas, se necessário e mediante meios o mais possível próximos à legalidade.

Esses dois conceitos constituem a base interpretativa de todo o trabalho e serão, portanto, utilizados como chave de leitura principal para perceber a evolução da democracia moçambicana.

2. As bases do “risco político” da democracia moçambicana

Nesse ponto procurar-se-á aplicar os dois conceitos acima definidos à realidade moçambicana, a partir dos princípios constitucionais fundamentais e dos Acordos de Paz de 1992. A hipótese é que, nessa altura, os riscos podem ser configurados como explícitos e implícitos. Vamos primeiro considerar os explícitos.

O risco mais patente na Constituição moçambicana e nos Acordos de Paz diz respeito ao sistema presidencial que foi aprovado, e com que a Renamo fortemente concordou. O sistema institucional moçambicano é presidencial, como muito honestamente e simplesmente afirma o portal do Governo daquele país². A concentração dos poderes nas mãos do Presidente da República (PR) é tão grande que se tem falado até de “ultra-presidencialismo” (MANNING, 2002).

O passo decisivo para definir esses poderes foi feito com a primeira Constituição pluralista da história de Moçambique, aprovada em 1990. Aqui, as competências do PR abrangem todos os âmbitos da vida política do país: no domínio institucional, ele convoca eleições, demite os membros do governo, convoca e preside as sessões do Conselho dos Ministros, nomeia, exonera e demite o Primeiro Ministro, cria ministérios e comissões inter-ministeriais, nomeia, exonera e demite ministros e vice-ministros, governadores provinciais, reitores das universidades públicas, secretários de Estado; no setor da justiça, a ele cabe nomear o Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo e o Vice-Presidente do Tribunal Supremo; no campo da defesa e ordem pública, pode declarar guerra e a sua cessação, o estado de sítio ou de emergência, celebrar tratados, decretar a mobilização geral ou parcial, presidir ao Conselho Nacional de Defesa e Segurança e nomear, exonera e demitir todas as mais altas figuras do exército e das forças armadas. No domínio das relações internacionais, é o único que pode nomear, exonera e demitir embaixadores e enviados diplomáticos da República de Moçambique.

A Constituição de 2004 confirma essas prerrogativas atribuídas ao PR, com poucas e insignificantes alterações. Portanto o PR, garante a Constituição (art. 146 da Constituição de 2004), é o Chefe do Governo, o Comandante das Forças de Defesa e do sistema da justiça que, apesar de ser proclamado como autônomo e interdependente relativamente aos outros poderes, é fortemente influenciado pela autoridade do Chefe de Estado (MACUANE, 2009). Como recorda um pesquisador moçambicano, "*in Mozambique, the entire state authority rests on the president of the republic*" (SHENGA, 2007). Regra geral, o PR é também chefe do partido no poder, acumulando portanto duas funções fundamentais, que o tornam, de fato, dono incontestado do país inteiro (MACUANE, 2009).

Uma democracia jovem e ainda necessitante de consolidação, como a moçambicana, sobretudo no que diz respeito à cultura política dos seus governantes (MACAMO, 2002), podia ter optado mais convenientemente para um sistema com uma menor concentração dos poderes na figura do PR. Um sistema talvez semi-presidencialista (CISTAC, 2013), procurando assim um maior equilíbrio institucional, e evitando uma recaída direta desta mentalidade centralizadora em todos os níveis inferiores do poder. Mas, como bem foi escrito, provavelmente "a imagem do presidente em África representa o 'chefe máximo' que manda e decide tudo, cabendo ao resto apenas cumprir" (JORGE, 2010).

Outro aspecto relevante na Constituição de 1990 diz respeito ao sistema eleitoral. Coerentemente com a arquitetura presidencial desenhada, previa-se o majoritário, com a possibilidade de o PR ser reeleito por duas vezes consecutivas (art. 118). A nova Constituição de 2004 altera essas duas condições, uma vez que o sistema eleitoral escolhido será o proporcional, e o PR poderá ser reeleito apenas uma vez (art. 147). Tal mudança foi efeito das negociações entre Governo e Renamo, a partir das de Roma que desembocaram no Acordo de Paz, mas que continuaram posteriormente, até a aprovação da nova Constituição em 2004.

Os dois momentos marcantes desse diálogo foram, por um lado, as negociações que levaram ao Acordo de Paz e, por outro, a recusa, por parte da Renamo, de aprovar a proposta da nova Constituição, cujo anteprojeto foi apresentado em 1998.

Objetivo básico da Renamo em Roma era de "reformular todo o sistema político moçambicano", contrariamente à Frelimo, que pretendia alcançar um rápido cessar-fogo (DELLA ROCCA, 1994, p. 112-113). Entretanto, a Renamo nunca questionou a forma presidencialista do sistema institucional, concentrando-se nos aspectos eleitorais. Em particular, no *Preâmbulo* assinado no dia 18 de outubro de 1991, a Renamo é reconhecida como partido político da oposição, dando aos ex-rebeldes uma "cidadania política na vida moçambicana e também internacional" que constituiu o primeiro e decisivo passo em vista da recomposição do cenário democrático do país (DELLA ROCCA, 1994, p. 179). No protocolo relativo aos *Critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos*, assinado no dia 13 de novembro de 1991, os partidos terão que ser regidos por um sistema democrático interno, deverão perseguir fins nacionais, com direitos e deveres comuns. Se é verdade que Dhlakama desconfia deste desenho, exigindo garantias internas e externas, a partir das de tipo constitucional, a Renamo nunca colocou em discussão a forma de Estado, ou seja, o sistema presidencial, apesar de o seu conselheiro inglês, David Hoile, o ter assinalado como um risco bastante sério (HOILE, 1990)³.

Aquilo que a Renamo julgou constituir um risco foi a lei eleitoral, cujo protocolo foi assinado em 12 de março de 1992. Aqui, decidiu-se celebrar no mesmo dia as eleições presidenciais e parlamentares, confiando na gestão da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), composta por pessoas que "ofereçam garantias de equilíbrio, objetividade e independência" (DELLA ROCCA, 1998, p. 195). E, sobretudo, indicou-se que o novo sistema eleitoral devia ser com base proporcional e não majoritário, como estabelecido na Constituição de 1990, com uma barreira de 5% ao nível nacional para entrar na AR (Assembleia da República).

Qual é o sistema institucional que saiu dos Acordos de Paz? E quais são os riscos políticos que daí emergiram? E quais são os riscos que a Renamo identificou como tais?

O sistema institucional está claramente definido: ele é de tipo acentuadamente presidencial, proporcional e bipolar. Isso significa que o PR continua ser a figura central do cenário político moçambicano; o Primeiro Ministro (figura que foi introduzida apenas na reforma constitucional de 1986) representa o executor das estratégias traçadas pelo PR; a AR tem poderes bastante limitados; e sobretudo os diversos setores do Estado, apesar das declarações de autonomia,

dependem directamente do PR. Portanto, sobretudo o judiciário resulta fracamente independente e subordinado ao PR.

Os riscos políticos estão também evidentes: num contexto com uma débil cultura democrática, o PR pode tornar-se como o verdadeiro *Deus ex machina* do país, deixando à oposição um papel meramente formal. Ademais, a barreira de 5% (que todavia será definida apenas com a primeira lei eleitoral, uma vez que nos Acordos se hipotizava uma barreira entre 5 e 20%) deixa entender que, na mente das duas partes, mas sobretudo da Renamo, havia uma ideia fixa: implementar um tipo de democracia bipolar, iludindo-se que Frelimo e Renamo podiam esgotar a representação dos interesses do povo moçambicano. Não é à toa que Della Rocca (DELLA ROCCA, 1998, p. 123) recorda que “os dirigentes da Renamo reagem com ira às notícias da ventilada formulação de novos partidos políticos moçambicanos”, alegando que a Renamo é o único em ordem para governar o país. Os outros seriam criações da Frelimo, para justificar a abertura democrática. Imaginar uma barreira eleitoral de 20% seria, de fato, um caso provavelmente único nos países que têm abraçado um sistema pluralista. Por isso a barreira será colocada no ponto mais baixo possível, justamente 5% (que porém será removido nas sucessivas revisões legislativas).

Esta primeira análise nos leva a considerar que as duas partes que assinaram o Acordo tinham muitas diferenças mas pelo menos um elemento comum: uma cultura africanamente baseada na figura do chefe. Portanto, o problema (ou o risco, poderia-se dizer) que a Renamo quis considerar foi de conseguir aceder ao poder, eliminando a concorrência de outros, possíveis partidos da oposição – julgados como filiações da Frelimo e, conseqüentemente, em competição apenas com o partido de Dhlakama –, mas querendo aquele tipo de poder que a própria Frelimo tinha implantado. Destacados críticos têm demonstrado a natureza “dualista” desse poder, analisando um dos poucos casos (até agora 5) em que a Renamo assumiu o poder na escala local (nomeadamente, no município de Angoche) (MENESES; SANTOS, 2009). Foi com base nesse dualismo que, na altura da revisão constitucional proposta em 1998, a Renamo fez oposição. A proposta previa uma extensão dos poderes do Primeiro Ministro e, portanto, a implementação de um sistema semi-presidencial. Entretanto, Dhlakama declarou que a filosofia que estava por detrás dela não se adequava à realidade moçambicana, imaginando inclusive como possível uma sua vitória eleitoral nas presidenciais do ano seguinte (1999) (MACUANE, 2009).

Os riscos políticos que emergiram no início dos anos 1990 mantiveram-se inalterados até hoje, deixando uma excessiva margem de discricionariedade ao PR no tratamento dos assuntos institucionais. A forma como Chissano e Guebuza os interpretaram confirma o grau extremamente elevado de subjetividade com que o PR, em Moçambique, pode governar o país, alcançando os setores mais diversos e estratégicos, tais como educação, informação, forças armadas, justiça, economia, entre outros.

Além desses riscos que foram aqui definidos de “explícitos”, há outros de tipo mais “implícito” que emergiram dos Acordos de Paz e que deram, como vimos, a nova configuração ao Estado e à sociedade moçambicanos.

Um risco implícito é algo que traz ambiguidade, que não tem uma formulação clara, que a gente subentende mas que não convém dizer. Portanto, este risco é mais hipotético do que comprovável de forma nítida. Porém, não deixa de existir e de representar um elemento de constante desentendimento entre os sujeitos envolvidos no processo que o criou. No caso específico, este tipo de risco assenta no seguinte: os Acordos de Roma desenharam um quadro em que a Frelimo era reconhecida como o Governo legítimo de Moçambique e a Renamo como a oposição com cidadania política. Entretanto, ficou implícito, sobretudo por parte da Frelimo e dos mediadores e observadores internacionais, que a democracia moçambicana tivesse um limite bem traçado. A Renamo não podia assumir cargos governamentais, principalmente de tipo central; ou seja, a hipótese de este partido vencer as eleições era tanto remota quanto indesejada. A sua história falava por si: a Renamo desancadeou uma horrível guerra contra os civis inermes, destruiu tudo aquilo que se podia destruir da economia moçambicana, tendo sido financiada por regimes odiosos, tais como o do rodesiano Ian Smith nos primeiros anos e o da África do Sul na fase final do Apartheid. Além disso, os seus chefes – a começar por Dhlakama – tinham uma elevada falta de preparação geral e de primitivismo político, e continuavam a ser identificados, em larga medida, como os “homens da selva”. Em suma, a imagem que tinha dentro e fora de Moçambique era péssima. Entregar um país como Moçambique a este partido era, na altura, absolutamente impensável.

Alguém, porém, tinha vislumbrado este cenário. Brazão Mazula, primeiro presidente da CNE (Comissão Nacional de Eleições) e intelectual moçambicano, na altura das eleições de 1994 Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, assim escrevia a propósito dos Acordos de Paz:

A Consituição era o ponto sensível do Governo [...], dando a perceber claramente que o Estado unitário e a soberania do país correspondem, muitas vezes, à hegemonia do Partido Frelimo [...]. Ora, a soberania refere-se sempre ao povo, à Nação e nunca a um Partido no poder, por todos os méritos que ele tenha (MAZULA, 1995, p. 35).

Implicitamente, a Frelimo identificava-se com o povo moçambicano, portanto nenhuma outra força podia substituí-lo nessa tarefa histórica. Podia-se admitir um certo dissenso, mas nunca que a Frelimo não estivesse capaz de representar a larga maioria dos Moçambicanos. Esta é a base da democracia bloqueada e da sua ambiguidade.

Com a ajuda da comunidade internacional, a Frelimo começou a construir a sua imagem de partido confiável, formado por pessoas com larga experiência de governo, assim como com instrução superior, com que se podia dialogar sem problemas. Chissano representava a figura de garantia e de equilíbrio desse compósito mundo da Frelimo. Ele foi muito liberal em todos os sentidos: deixou a imprensa independente crescer sem sobressaltos, aceitando também duras críticas pessoais (como demonstrado, por exemplo, do tipo de jornalismo levado a cabo por órgãos tais como "MediaFax", "Savana", "Demos" e, a seguir, "Metical"), as universidades privadas proliferaram, grandes investimentos estrangeiros (Coca-Cola, Parmalat, Mozal e vários outros) apareceram. Sobretudo, sempre manteve o diálogo com a Renamo e o seu líder, fato que fez com que muitos observadores afirmassem que Moçambique encontrava-se numa situação já estável (CABAÇO, 1995; MACUANE, 2009).

O modelo respondeu aos anseios dos moçambicanos assim como dos doadores internacionais até 1999. A democracia bloqueada tinha riscos políticos, mas ainda continuavam implícitos, embora um pequeno sinal tinha sido mandado. Considerada a situação da qual o país tinha saído há pouco tempo, não era de descartar a ideia de uma partilha de poder entre as duas forças maiores, ou a nomeação de alguns governadores provinciais, por parte de Chissano, próximos às posições da Renamo. Ao contrário, isso não acotenteceu, à mesma maneira que, em campo militar, os dois exércitos nunca se fundiram, para formar uma força armada realmente nacional. Esta opção fez com que a Renamo continuasse a ter a sua tropa, deixando constantemente a esta formação a alternativa de se tornar definitivamente um partido a todos os efeitos, ou um movimento resistente ao quadro institucional e legal.

Nas primeiras eleições gerais o sucesso da Frelimo foi incontestável, graças também à figura escolhida como presidente da CNE, Brazão Mazula. A afluência foi enorme: quase 88% dos eleitores foi às urnas. Chissano conseguiu a maioria absoluta com 53,3% dos votos, Dhlakama chegou a 33,73%, enquanto a Renamo obteve 37,78% e a Frelimo 44,33%. A União Democrática conseguiu 5,15% dos votos, entrando assim na AR como terceiro partido. O risco de uma vitória da Renamo estava longe. Este partido tinha conseguido bons resultados, muito além das expectativas e previsões, mas também os da Frelimo pareciam inalcançáveis.

Quando, em 1999, o quadro parece mudar, a natureza da democracia moçambicana revela-se de forma plena. É a partir daqui que se percebe como é que a Frelimo tenciona gerir este risco, tornando explícitas todas as peculiaridades de um sistema realmente bloqueado.

3. A gestão do risco político numa democracia bloqueada

Nesse ponto se apresentarão as modalidades com que a Frelimo geriu o risco político quando este se manifestou ou esteve prestes a se manifestar, principalmente em proximidade das eleições, quer gerais, quer autárquicas.

A característica das eleições de 1999 foi o elevado abstencionismo, que alcançou cerca de 33% dos votantes. Porém, o dado ainda mais interessante foi o próprio resultado que saiu das urnas. A diferença entre Chissano e Dhlakama foi mínima, cerca de 2%. A Renamo não aceitou os resultados, defendendo que aproximadamente 8% dos votos provenientes sobretudo das zonas onde este partido tinha muita expressão (nomeadamente Zambézia) deviam ser de novo contados pela CNE central. Numa primeira fase, a nova CNE – dirigida pelo Reverendo Jamisse Taimo, visto como *"lacking the independence and near outsider status of his predecessor in*

1994”, Brazão Mazula (MANNING, 2002, p. 195) – acatou a solicitação da Renamo, mas depois recuou, confirmando os resultados emitidos pelas suas delegações provinciais. Esta reviravolta alimentou ainda mais as suspeitas de fraudes, impelindo a Renamo a submeter um pedido, composto por 23 pontos, junto à Corte Suprema, alegando as diferentes irregularidades detectadas. Todos os pedidos foram indiferidos, confirmando a vitória de Chissano (MANNING, 2002).

A Carter Foundation acompanhou todo o processo eleitoral, produzindo um relatório. Evidenciou alguns “*technical problems*” e a falta de transparência ao longo do processo de tabulação dos votos; todavia, concluiu que as eleições mostraram uma maior maturidade do sistema político e uma boa implementação dos processos durante os dias em que as eleições decorreram (CARTER FOUNDATION, 2001).

Observadores externos mostraram-se surpreendidos com os resultados da Renamo. Um comentarista sul-africano escreveu: “*Renamo did surprisingly well, especially in the legislative election, by capturing just over half of the combine votes cast in the country’s two most populous provinces, that is Nampula and Zambezia*” (LODGE; KADIMA; POTTIE, 2002, p. 197). Este é apenas um exemplo de como a comunidade internacional julgava altamente improvável (e indesejável) a vitória da Renamo.

Não é possível dizer se Dhlakama venceu as eleições. Aquilo que é possível realçar é que a Frelimo enfrentou o imprevisível “risco político” de acordo com uma abordagem não transparente, e que portanto continuou a deixar sérias dúvidas no seio dos eleitores moçambicanos.

De fato, foi negada qualquer possibilidade de uma recontagem dos votos, deixando sombras pesadas sobre o processo eleitoral. Uma tal gestão forçou a Renamo a evocar a sua alma mais guerreira, optando por demonstrar o seu descontentamento mediante manifestações públicas. As instituições moçambicanas responderam violentamente, alegando que a Renamo tentava construir uma enclave independente no seio do território nacional. O pior aconteceu na província de Cabo Delgado, onde cerca de 100 manifestantes foram presos e levados todos numa minúscula cela na vila de Montepuez. Oitenta e três deles ali morreram, supostamente devido à asfixia. Quase na mesma altura, no mesmo mês de novembro de 2000, Carlos Cardoso, o mais destacado jornalista moçambicano, diretor do “Metical”, é morto em pleno centro de Maputo, por causa das suas investigações sobre a corrupção no setor financeiro, nomeadamente a falência do Banco Comercial de Moçambique (FAUVET; MOSSE, 2004).

Os dois episódios agora mencionados mudaram por completo o rumo da democracia moçambicana. Agora estava claro quais deviam ser os limites dela: por um lado, ela configurava-se abertamente como sendo bloqueada; por outro, a imprensa, até então extremamente ativa, recuou repentinamente devido ao atentado contra Carlos Cardoso. Fernando Veloso, atual diretor do semanário independente “Canal de Moçambique”, confessou que ele próprio ficou tão assustado que queria abandonar a profissão de jornalista⁴.

A gestão do risco político numa democracia bloqueada não passa apenas para os processos eleitorais. Desde 1999, mas ainda mais com a entrada de Guebuza à presidência da república, a comunicação social, sobretudo a pública, foi cada vez mais controlada pelo partido Frelimo, e amordaçada no que diz respeito ao tipo de cobertura que ia ser proporcionada aos leitores. Testemunhos de vários jornalistas, entre os quais os dois antigos diretores do diário “Notícias”, Mavanga e Siteo, e o antigo chefe da informação da TVM, Ponguane, apontam claramente que com a entrada do novo Chefe de Estado assinala-se um significativo recuo no que toca à liberdade de imprensa.⁵

Uma tal estratégia integra a gestão do risco político. Ela visa principalmente eliminar qualquer voz crítica e alinhar a comunicação social aos ditames do novo chefe. Não é por acaso que os três jornalistas acima mencionados foram, ao longo do tempo, dispensados dos cargos que ocupavam, ficando apenas como assessores dos respectivos órgãos. O último, em ordem de tempo, foi Rogério Siteo, que deixou de ser diretor do “Notícias” em junho de 2013.

A Frelimo e a Renamo tinham construído uma democracia não apenas estruturalmente bloqueada, mas também completamente bipolar. As eleições de 1999 eliminaram qualquer outro partido político da AR, realizando desta forma um sistema perfeitamente bipartidário. Entretanto, a sociedade moçambicana estava evoluindo e transformando-se, como é normal num contexto social com larga prevalência de jovens como o moçambicano. Mas esses dois

partidos não se aperceberam disso, ou seja, pensaram que a gestão “tradicional” dos respectivos eleitorados pudesse continuar a garantir benefícios para ambos.

Nas eleições autárquicas de 2003 a Renamo, pela primeira vez, participou em eleições locais, conquistando 5 municípios, todos no centro e norte do país. A vitória mais significativa foi realizada na Beira, segunda cidade de Moçambique depois de Maputo, onde a aliança com um movimento local levou à derrota da Frelimo e do seu candidato. Quem liderava a coligação era Daviz Simango, filho de Uria Simango, antigo vice-presidente da Frelimo dos tempos de Mondlane, morto pelo regime de Samora Machel após a independência, juntamente com a sua esposa, por não concordar com a linha política marxista-leninista.

Nas eleições de 2004 a Renamo obteve um péssimo resultado, mas a AR continuou a ser composta apenas por dois partidos, reproduzindo o esquema usual. Dhlakama ultrapassou de pouco 30% (alcançou 31,7%), a Renamo ficou parada no 29,7%, enquanto Guebuza conseguiu 63,7% e a Frelimo obteve 62% dos votos. O país parecia de novo sob controle, embora Dhlakama, em diversas circunstâncias, tenha dado a entender que o diálogo com a Frelimo tinha recuado, devido ao posicionamento intransigente de Guebuza. De acordo com Chichava, desde quando Guebuza entrou no poder “*there has been an increased effort to marginalize or even eliminate the opposition*” (CHICHAVA, s.d., p. 1).

4. Risco político e risco social após o fim do bipartidarismo

Neste ponto procurar-se-á perceber como o risco político foi gerido pelo partido no poder, a Frelimo, em consideração da evolução do quadro a partir de 2008, quando uma terceira formação apareceu no cenário moçambicano, quebrando o bipartidarismo e, portanto, a democracia bloqueada que tinha caracterizado o país desde as suas primeiras eleições livres. Se considerará também como o governo geriu o risco social que apareceu pela primeira vez em 2008, com manifestações violentas contra a alta do preço dos bens essenciais, procurando demonstrar que a postura adotada foi complementar, no que diz respeito à gestão do risco político e do risco social. Aquilo que sobressai é a incapacidade por parte da Frelimo, assim como das instituições que este partido dirige, de ler a evolução social e política do país, pautando-se constantemente pela exclusão dos novos sujeitos emergentes ou pela pura repressão.

O quadro político acima descrito mudou em 2008, em ocasião das eleições autárquicas. Num lapso de tempo muito curto, na altura em que os dois maiores partidos estavam escolhendo os seus candidatos, o imprevisível aconteceu. Primeiro, a Frelimo decidiu não voltar a candidatar o edil cessante, Eneas Comiche. Comiche, com uma larga experiência política, tinha sido apreciado pela sua postura pragmática, que não agradava o partido dos “camaradas”, ao qual pertencia. Assim, foi deposto, em favor de David Simango, na altura ministro do Desporto e Juventude, fortemente apoiado pela nomenclatura do partido. A opinião pública, e principalmente a imprensa independente, leu esta decisão como uma tentativa de Guebuza marginalizar alguém que tinha muito prestígio mas que pouco respondia às solicitações do partido e do seu chefe.

O risco de uma oposição interna foi eliminado, sacrificando a competência administrativa em prol da fidelidade ao chefe. A Renamo, poucos dias depois, geriu o seu risco interno de forma parecida, demonstrando a similaridade na abordagem dessas duas formações políticas. Surpreendentemente, Dhlakama, depois de ter confirmado Daviz Simango como candidato da Renamo para o município da Beira, recuou, candidatando um diferente membro do seu partido. Simango formou um partido independente, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), com que concorreu sozinho para a conquista da Beira. E conseguiu, derrotando quer o antigo aliado, quer a Frelimo. Este último conquistou todos os municípios, com a exceção da Beira. Para a Renamo a derrota foi completa. A partir deste momento, a história da democracia moçambicana mudou.

Simango e o seu movimento começaram a serem vistos com grande suspeita quer pela Frelimo quer pela Renamo. Ainda mais quando Simango decidiu concorrer nas eleições gerais de 2009. Estava claro que a nova ameaça provinha do MDM, uma força nova, composta por jovens urbanizados e formados, intelectuais e profissionais, em suma, as classes emergentes, cansadas do modo de gestão da Frelimo, mas que também já não podiam identificar-se com a Renamo, julgado como partido demasiado tradicionalista, em parte tribalista e, portanto, incapaz de aglutinar as novas exigências dessas camadas sociais que, na sua maioria, não

tenham nenhuma recordação da guerra e falavam uma linguagem de paz, toda virada para o futuro (CHICHAVA, 2010).

Como enfrentar o novo risco? O problema estava, mais uma vez, concentrado na Frelimo, pois Dhlakama tinha resolvido em 2008, à sua maneira, a “questão-Simango”. Nas eleições de 2009, revelou-se decisivo, como tinha acontecido no passado, o controle da CNE por parte do partido da maioria, juntamente com a capacidade de manipular o seu presidente, o Reitor do ISCTEM (Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique), João Leopoldo da Costa.

As potencialidades do MDM eram desconhecidas, mas a ameaça existia. Simango, concorrendo sozinho, tinha conquistado Beira com 61% dos votos, e o seu movimento estava acatando adesões de vastos grupos de jovens e intelectuais. A Frelimo optou por percorrer a via do legalismo formal, de fato negando a possibilidade concreta de o MDM concorrer às eleições de 2009. A Frelimo optou por enfrentar o novo risco político à montante. Graças ao controle da CNE e às ambiguidades da lei eleitoral – baseada nas leis 7/2007, 10/2007, 15/2009 e na deliberação 10/CNE/2009 (UE, 2009) –, foi possível excluir o mais perigoso antagonista em 9 círculos eleitorais de um total de 13.

As motivações alegadas foram puramente formais: elas assentam na ideia de que o MDM não tinha apresentado a documentação completa. A CNE usou um instrumento técnico para comprovar esse fato: o seu mapa de controle interno, que ninguém podia verificar, pois manteve-se constantemente secreto.

Após as eleições, todavia, um caso despertou a atenção de todo o mundo: o PDD (Partido pela Democracia e Desenvolvimento, chefiado por Raul Domingos, antigo expoente de ponta da Renamo) tinha conseguido um bom resultado (21%) nas eleições provinciais – que decorreram no mesmo dia que as gerais – em Mocuba (Zambézia). Isso dava-lhe direito a um assento naquela assembleia provincial. Porém, o PDD não tinha apresentado nenhuma documentação para concorrer em Mocuba, mas o seu símbolo aparecia no boletim de voto. A CNE admitiu o erro, derivante justamente do mapa de controle interno (O PAÍS, 2009; CIP, 2010).

Consequentemente, podia-se supor que, sendo este sistema falível, tivesse falhado mesmo no caso da exclusão do MDM. Mais que uma sombra caracterizou portanto as eleições de 2009, em que a vitória da Frelimo e de Guebuza foi folgada, havendo eliminado, com formalismos que depois se revelaram muito duvidosos, o principal adversário político. O próprio Conselho Constitucional criticou, *a posteriori*, a atitude da CNE por causa das suas “falhas na administração” do processo eleitoral, evitando considerar a possibilidade de recursos por parte dos proponentes. Além disso, quer a União Europeia (UE) quer o Conselho Constitucional assinalaram ações criminosas, tais como o “enchimento das urnas”, a violação de boletins de voto regularmente preenchidos (CPI, 2010), chegando a afirmar uma excessiva politização da CNE e da STAE (Secretariado Técnico da Administração Eleitoral), a confusão entre Frelimo e Estado ao longo da campanha eleitoral, o fato de os delegados dos demais partidos, em várias mesas de voto, não terem sido “autorizados a permanecer nos locais de apuramento” (UNIÃO EUROPEIA, 2009, p. 33). Em 40 mesas a afluência ultrapassou a percentagem de 100% dos que tinham direito de voto, fenômeno concentrado essencialmente nas províncias de Gaza, Tete e na Ilha de Moçambique.

A imprensa independente atacou violentamente esta postura da Frelimo e do Presidente da CNE, ainda mais se se pensa que as urnas pelas eleições foram atribuídas mediante ajuste direto à Tipografia Académica, que tem, como um dos seus sócios e de acordo com fontes jornalísticas, Armando Guebuza, ignorando o dispositivo do Decreto 54/2005, que obriga a usar o concurso público. A conclusão é a seguinte: “Guebuza tem mãos sobre os membros da Comissão Nacional das Eleições (CNE), particularmente o seu presidente, João Leopoldo da Costa” (TIMÓTEO, 2009).

O MDM não reconheceu os resultados mas tomou posse na AR, configurando uma maneira diferente e nova de lidar com questões extremamente sensíveis, tais como a regularidade dos processos eleitorais e a sua transparência. Os seus resultados na cidade de Maputo foram, mais uma vez, assustadores para Frelimo, pois, nos círculos eleitorais do centro da urbe, o MDM prevaleceu.

Após ter eliminado com meios formalmente legais o principal adversário externo, com a composição do novo governo Guebuza fez a mesma coisa com os internos. Acima de tudo, ele quis se desfazer de personalidades de grande envergadura mas mais próximas às posições de

Chissano, tais como Luísa Diogo. Ela não foi reconduzida ao papel de Primeira-Ministra, ficando fora de qualquer cargo institucional. No lugar dela, Guebuza nomeou Aires Alí, que parecia ser um dos prováveis candidatos à sua sucessão. Outros “fieis” do Chefe de Estado assumiram cargos relevantes, nomeadamente Pacheco, Ministro do Interior, e Cuereneia, confirmado na pasta da Planificação e Desenvolvimento, cuja esposa foi indicada como chefe do gabinete da Primeira Dama.

Entretanto, apesar da esmagadora vitória eleitoral, a população moçambicana começou a manifestar a sua insatisfação de forma aberta e até violenta, no período entre as eleições gerais de 2009. O Governo teve que lidar com outro risco, desta vez de tipo “social”, mostrando-se surpreendido com ele e incapaz de compreender as razões profundas de tanto descontentamento. O primeiro episódio ocorreu no dia 5 de fevereiro de 2008, quando a população de Maputo se insurgiu contra o aumento do preço do “chapa” (transporte semi-coletivo), subsequente ao incremento do preço do combustível. O segundo episódio ocorreu nos dias 1 e 2 de setembro de 2010, com as mesmas modalidades, desta vez devido ao aumento repentino do preço de pão, água e energia.

Como é que o executivo reagiu a essas violentas manifestações? Em linha geral, mediante três modalidades:

1. Do ponto de vista da gestão imediata, sempre houve inúmeras indecisões e reticências, em que o Governo primeiro experimentou a linha “dura”, finalizada a nada conceder aos manifestantes, para logo depois recuar e fazer os ajustes necessários para minimizar o impacto da alta dos preços junto às populações.
2. Do ponto de vista da postura geral, o mais consequente intérprete dessa linha foi o Ministro do Interior José Pacheco que, em 2010, denominou os manifestantes de “agitadores” e “subversivos”, demonstrando uma total incapacidade de lidar com uma situação socialmente e emocionalmente tão complexa.
3. Do ponto de vista do controle dos fenômenos ocorridos, este foi apenas de tipo repressivo e policial: sem contar com os mortos (cerca de 20 nas duas manifestações) e os danos avultados (só em 2010 eles foram cerca de 122 milhões de meticais, cerca de 3,5 milhões de dólares) (BUSSOTTI, 2010), o Governo, nos dias das manifestações, mostrou-se indisponível para qualquer forma de diálogo e, sobretudo, pressionou diretamente os vários meios de comunicação. Jornais, televisões e rádios foram forçados a não cobrir o evento. É isso que aconteceu nos órgãos públicos TVM, RM e “Notícias” (SALEMA, 2008). Mas nos órgãos privados também as pressões não foram poucas: como conta Jeremias Langa, na altura Diretor da Informação do grupo SOICO, em 2008, devido à cobertura das manifestações, o PR decidiu banir o grupo das Presidências Abertas. Readmitido em 2009, a nova cobertura dos fatos de 1 e 2 de setembro de 2010 determinou um novo banimento, desta vez por três anos, com a repentina retirada dos anunciantes públicos do jornal “O País” e a STV. De acordo com Jeremias Langa, em 2010 ele convidou, nas oito horas de emissão direta que a STV mandou ao ar para dar conta das manifestações que estavam a decorrer, o Chefe da PRM (Polícia da República de Moçambique) para expressar o seu ponto de vista. Ele não só recusou, mas intimou-o para parar com a emissão. A quebra nas relações entre Governo (e Presidência) e grupo SOICO resolveu-se, de fato, com a demissão de Jeremias Langa, em 2013, como Chefe da Informação e com a readmissão dos jornalistas do grupo às Presidências Abertas. Em segundo lugar, o Governo bloqueou as possibilidades de comunicação ao longo das demonstrações. As mensagens via celular (SMS) tinham sido o meio mais prático para troca de mensagens; por isso o Executivo deu ordem ao Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique de fazer pressão junto às duas operadoras na altura presentes no país, a pública MCell e a privada Vodacom, para deixar de permitir a transmissão de mensagens naquelas horas. Naturalmente o Executivo, por intermédio do Ministro dos Transportes, Paulo Zucula, sempre negou uma tal postura, que todavia foi amplamente demonstrada pelo semanário “Savana”, que publicou a ordem recebida pela Vodacom de Joanesburgo, sob pedido do dito Instituto governamental moçambicano (SAVANA, 17/09/2010). Foi dada a disposição de, até finais de novembro do mesmo ano, todos os possuidores de cartões telefônicos se registarem junto às duas operadoras, o que significava que mais de 5 milhões de usuários deviam proceder com este registro em menos de dois meses. O que seria impossível no contexto moçambicano, mas sobretudo preocupante, pois deixava vislumbrar uma clara vontade, por parte do governo, de controlar, inclusive mediante escutas telefônicas, os movimentos sociais do país, com que o próprio

Executivo não tinha a capacidade de se relacionar, tentando perceber as razões de tanto descontentamento.

5. A gestão do risco político do Congresso de Pemba até hoje

Alguns dos jornalistas dos órgãos da comunicação social pública, além de privada, interpretaram o "risco" de outra forma: o verdadeiro perigo derivante da situação que estava a decorrer não era tanto o que Guebuza tentava combater, mas a ideia que ele próprio tinha de implementar um poder "concentrado" na sua figura.

Rogério Siteo, antigo diretor do "Notícias", foi um dos mais consequentes desse ponto de vista. A sua linha editorial sempre foi pautada por um poder "diluído", procurando, principalmente na sua rubrica das "Conjecturas", evidenciar a diferença de posições mesmo no seio da Frelimo. No artigo "A pretensa teoria da conspiração", de 21 de novembro de 2006, ele acusou os "fieis" do Presidente de reduzir a sua imagem a uma caricatura, constantemente necessitante das manchetes jornalísticas e propaganda barata. Essa sua postura fez com que Edson Macuácuá, na altura responsável pela propaganda da Frelimo, o chamasse, exigindo o fim dessas "Conjecturas", substituídas por "Editoriais"⁶.

A situação dinamizou-se com o X Congresso do partido Frelimo, ocorrido em Pemba, em setembro de 2012. Nesse ponto iremos explicar em que sentido este Congresso constituiu uma rápida aceleração do processo de gestão do risco político descrito até agora, passando através da "solução final", ou seja, a eliminação quer dos adversários internos, quer externos, levando o país para um regime abertamente autoritário.

O Congresso de Pemba foi pobre no que diz respeito aos seus significados programáticos. A palavra de ordem foi a da "unidade na continuidade", visando valorizar o trabalho feito por Guebuza e o seu governo. Foi o Congresso da unanimidade. Guebuza foi eleito Presidente do partido com quase 99% dos votos, e poucas foram as vozes que se levantaram publicamente em jeito de crítica da sua postura. Entre elas, a mais importante foi certamente a de Jorge Rebelo, antigo ideólogo da Frelimo nos tempos de Samora Machel, que assinalou o mesmo risco que Siteo tinha realçado do diário "Notícias": denunciou a falta sistemática de diálogo dentro da Frelimo, o risco de um discurso veladamente racista, em prol dos moçambicanos "originários", que nunca se tinha dado na história da Frelimo, mas sobretudo o clima de medo entre os "camaradas", que desemboca na proibição ou repressão das ideias diferentes das oficiais (MATIAS, 2012; LANGA; BELARMINO, 2012).

À confirmação disso, a composição do novo Comitê Central, mas ainda mais da Comissão Política, refletiu em pleno a linha oficial dominante. Não só a filha de Guebuza, Valentina, entrou no Comitê Central como parte dos antigos combatentes, mas figuras destacadas não entraram na Comissão Política, o órgão restrito que constitui, de fato, o verdadeiro governo do partido. O Primeiro Ministro daquela altura, Aires Ali, a antiga Primeira-Ministra do governo anterior, Luísa Diogo, e Manuel Tomé, antigo chefe da bancada parlamentar da Frelimo, ficaram de fora. Todos os três eram prováveis candidatos para sucessão de Guebuza. Agora o Presidente do partido e do país dispunha do controle total de um como do outro, sem vozes discordantes e críticas.

Do lado da comunicação social, Siteo procurou expressar o seu ponto de vista mediante dois editoriais. Aqui, ele tencionou dar uma ideia clara da geografia interna da Frelimo. O primeiro editorial foi publicado no dia 28 de setembro. O autor realçava o caráter dinâmico do partido, com correntes e tendências diferentes. Siteo, fautor de um poder "diluído", julgou positivamente este fato, sinal de um crescimento democrático interno que, porém, Guebuza pretendia combater. No segundo editorial, publicado dia 5 de outubro, Siteo enfatiza a necessidade de um maior "diálogo social" (inclusive com as oposições), defendendo a riqueza derivante da diferença de opiniões.

A resposta dada a essas solicitações foi clara e imediata. Guebuza despediu vários ministros, entre os quais Aires Ali, nomeando outros, da sua completa confiança. Nomeou também Edson Macuácuá, provavelmente o seu homem mais fiel, porta-voz da Presidência, apesar de ter chegado em penúltimo lugar na eleição para a Comissão Política no Congresso de Pemba e, portanto, ter ficado de fora desse organismo partidário. Finalmente, a partir do dia 3 de abril de 2013, começou a atacar as bases da Renamo na Gorongosa (Província de Sofala), onde o seu líder tinha encontrado abrigo.

Com efeito, Dhlakama estava exigindo a restauração do diálogo em volta de uma reforma substancial da CNE, órgão julgado decisivo para a garantia de eleições justas e transparentes. Apesar de rodadas de negociação, a verdadeira intenção foi de declarar este partido anti-constitucional (hipótese recentemente e publicamente ventilada por Edson Macuácuca), pondo fim às suas reivindicações. Como forma de retaliar, a Renamo decidiu não participar nas eleições autárquicas de 20 de novembro de 2013, alegando não haver as condições para tal.

A subida da tensão militar foi vista por muitos observadores de forma negativa. O aperto junto à comunicação social foi sempre mais sufocante. O Diretor do “Notícias”, Siteo, continuou todavia a assumir posicionamento favorável ao diálogo social, inclusive com a Renamo. Foi entrevistar Dhlakama na sua base em Satunjira, realçando a possibilidade de conseguir um acordo com ele. A resposta foi imediata: Siteo foi despedido e colocado a desempenhar as mais inócuas funções de Assessor do CDA do mesmo jornal. A mesma sorte teve Jeremias Langa, em crescente contraste com o PCA do Grupo SOICO, devido ao jornalismo investigativo que continuava levar a cabo. Ponguane, ele também dispensado poucos meses antes como chefe da informação da TVM e posto como assessor do CDA da mesma, andou também a entrevistar Dhlakama, mas a peça nunca foi ao ar, permanecendo nas gavetas do Ponguane⁹.

Este conjunto de individualidades, colocadas em diferentes setores da opinião pública, faziam parte, na ótica de Guebuza, do mesmo problema. Eles propunham uma gestão mais complexa do risco político a partir do diálogo, atenta a ler a evolução das forças e movimentos sociais do país, muito mais que a reprimir as novas instâncias que vinham se manifestando. Com eles, a “solução final” teria sido cheia de dificuldades e críticas julgadas inúteis. Como tinha destacado Rebelo no Congresso de Pemba e numa entrevista ao jornal “Savana” (SENDA, 2013), exclusão e repressão foram as armas escolhidas para acabar com isso. Em alguns casos, pode-se acrescentar também o aliciamento, uma vez que nenhum dos jornalistas dispensado do seu cargo principal foi deixado sem trabalho e sem vencimento digno. Mesma sorte teve o antigo Presidente da CNE, o Reverendo Taimo, para o qual o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Venâncio Massingue, conseguiu uma vaga de Assessor no ministério que dirigia.

O último episódio significativo tem a ver com as eleições autárquicas de 20 de novembro de 2013. A maneira como elas foram geridas reflete as intenções de Guebuza de ter um controle total do país. Desde o recenseamento eleitoral, as irregularidades foram muitas e de diversa natureza, como assinalado por vários observadores e jornais (CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA, 2013; SAVANA, 2013). O MDM, todavia, confirmou-se força política absolutamente distante do outro partido de oposição, a Renamo. Não só participou nas eleições, mas confirmou a sua hegemonia nos municípios de Beira e Quelimane, obteve cerca de 40% dos votos em Maputo e Matola, e disputou muitos outros municípios, sobretudo na Zambézia, com a Frelimo, decidindo recorrer à CNE central para que fossem recontados os votos em 10 edilidades. Embora não tenha reconhecido os resultados devido às fraudes e irregularidades, todos os seus eleitos tomaram regularmente posse nas respectivas assembleias municipais.

Mais uma vez, o resultado obtido pelo MDM confirmou que o quadro político moçambicano sofreu uma mudança significativa. A esta mudança a Renamo reagiu de forma “preventiva”, renunciando à corrida eleitoral e optando de novo pela selva e por uma linguagem parecida à que usava anteriormente à assinatura do AGP (Acordo Geral de Paz); a Frelimo tentou usar os métodos tradicionais, mas de forma ainda mais abertamente dura e autoritária: grandes campanhas eleitorais graças aos meios de que dispõe, controle da comunicação social (e também uso da Polícia contra os jornalistas, como demonstra a detenção de Fernando Lima, editor do “Savana”, e de mais três colegas seus durante a campanha eleitoral), assim como da CNE e da STAE, excluindo – como aconteceu, por exemplo, em Gaza¹⁰ – os representantes da oposição da contagem dos votos.

Esta metodologia de abordar o risco político é algo que muito se aproxima a uma gestão do poder sempre mais “concentrado” e autoritário.

Conclusões

Quais poderão ser as perspectivas de Moçambique no futuro próximo? Obviamente as ciências sociais não têm a capacidade de fazer previsões, entretanto, de acordo com o esquema aqui proposto, é talvez possível ter esta ousadia e tentar vislumbrar como a gestão do risco político poderá influenciar o desenvolvimento da democracia desse país.

A análise acima proposta tem evidenciado alguns elementos de fundo, tais como:

1. O bipartidarismo Frelimo-Renamo acabou, graças ao aparecimento de uma força política nova (o MDM), que rompeu com um esquema que durava desde o primeiro dia da independência. Isso significa que o MDM, desvinculado da história e da linguagem da guerra civil, tem todas as cartas em regra para se propor como alternativa credível à Frelimo na direção do país. Em suma, a democracia "bloqueada" tem deixado de existir;
2. A Renamo não soube lidar com esta nova situação, primeiro expulsando Daviz Simango e depois não participando nas eleições autárquicas de 2013, sinal evidente que, na mente de Dhlakama, o modelo a perseguir deve continuar a ser o de tipo bipartidário saído dos AGP, indicando na reforma da CNE o eixo principal para ultrapassar o bloqueio da democracia moçambicana;
3. A Frelimo parece completamente controlada apenas por uma pessoa, o seu presidente, mostrando escassa capacidade de resistência interna para evitar que ele a leve à edificação de um regime abertamente autoritário. É assim que a Frelimo parece estar interpretando o atual momento político. Entretanto, isso significaria dar uma resposta inadequada às novas necessidades e anseios propostos pela sociedade moçambicana. Gerir o risco político eliminando os adversários – a Renamo militarmente, o MDM com todas as armas, inclusive as fraudes eleitorais – parece sinal de escassa maturidade. A solução poderia ser, portanto, ultrapassar, sim, a democracia bloqueada, mas mediante um recuo a formas não democráticas de regime, como o controle da comunicação social deixaria entender.

Diante desse quadro, quais são as perspetivas que se abrem?

As variáveis a considerar são muitas e nem todas previsíveis. De qualquer maneira, o nó a se considerar parece ser o seguinte: como é que as diferentes forças políticas pretendem enfrentar o "desbloqueio" da democracia moçambicana?

A Frelimo tem duas opções: seguir normalmente os trâmites constitucionais, de acordo com os quais Guebuza terá que deixar o cargo ao longo do próximo ano, convocando as eleições gerais e identificando um seu candidato; ou forçar a situação, por exemplo continuando a hostilizar militarmente a Renamo, declarando-a oficialmente inconstitucional, impelindo o Chefe de Estado a declarar o estado de sítio e adiar as eleições gerais de 2014. Até o momento os sinais não são encorajadores, pois a Frelimo não tem discutido, até agora, sobre o sucessor de Guebuza (o qual tinha sido indicado como novo candidato pelas presidenciais de 2004 em 2002), a comunicação social principalmente pública está literalmente bombardeando o país com a imagem do atual presidente, o diálogo com a Renamo continua fracamente, enquanto os confrontos militares na zona central ganham força a cada dia que passa.

Na perspectiva do risco aqui utilizada, implementar e dinamizar as negociações com a Renamo representa uma oportunidade assim como um perigo: uma oportunidade porque a Renamo poderia ser usada em função anti-MDM, criando as condições para que o partido de Dhlakama concorra nas próximas eleições, supostamente tirando votos à formação de Simango. Um perigo porque a condição que a Renamo põe é a reforma substancial da CNE, da qual a Frelimo perderia o controle: será que o partido no poder tem a capacidade de ganhar as eleições sem esta condição? A aceitação dessa segunda hipótese representaria uma postura inédita por parte da Frelimo, admitindo o fim da democracia bloqueada e a concreta possibilidade de deixar o poder. Sem dúvida, as dinâmicas internas jogarão um papel decisivo.

O MDM já fez escolhas claras, ao longo do seu curto percurso político: sempre evitou meter-se nas brigas entre Frelimo e Renamo, cujo teor pertence a uma época distante da sensibilidade da maioria dos simpatizantes do MDM, a da guerra dos 16 anos (1976-1992). Sempre contestou os resultados eleitorais, quer em 2009, quer em 2013, mas nunca renunciando a tomar posse nas respectivas assembleias, como muitas vezes a Renamo tem feito. E já expressou claramente o desejo de concorrer nas próximas eleições gerais, deixando claramente entender que o único meio a ser utilizado para ascender ao poder será o de tipo eleitoral, de acordo com os procedimentos legais previstos em Moçambique.

A Renamo tem duas opções, igualmente à Frelimo: decidir de percorrer as vias legais, embora condicionando o seu "retorno" à reforma da CNE; ou pautar pela clandestinidade e sabotagem do país, com uma visão todavia de curto prazo. Se, no que diz respeito ao passado, é possível dizer que a Renamo conseguiu o resultado esperado (a introdução de um sistema democrático), hoje parece mais complexo alcançar um objetivo (a instauração de um sistema eleitoral fiável e transparente) mediante a guerra, pois a Renamo já não tem o apoio externo de antigamente e parece incapaz de desencadear um conflito interno apenas com as suas

forças. Por outra, a via legal e eleitoral também pode representar um grande risco para este partido, pois é altamente provável uma nova erosão do seu eleitorado e, portanto, o esgotamento da sua função no xadrez político moçambicano.

Pelo menos mais três aspectos devem ser considerados numa reflexão que diz respeito às perspectivas. Primeiro, a reação das populações a possíveis cenários de guerra, assim como de insegurança generalizada no país, ultimamente concretiza-se numa vaga de raptos que teve como alvos primeiros membros da comunidade muçulmana, depois alastrando-se a cidadãos portugueses e até moçambicanos, principalmente entre Maputo e Matola.

No dia 31 de outubro de 2013 foi organizada uma grande marcha pela paz nas ruas de Maputo, fato inédito na história de Moçambique. Todos os partidos, provavelmente, terão que considerar a vontade que o povo expressou, de continuar com um país em paz e com perspectivas razoáveis para o futuro.

Quem protagonizou a manifestação do dia 31 de outubro foi Alice Mabote, Presidente da LDH (Liga Moçambicana dos Direitos Humanos). Em declarações junto à imprensa televisiva, Mabote falou claramente – e pela primeira vez com esses tons – da impossibilidade de construir um estado de direito em Moçambique se a Frelimo continuar a governar, não excluindo a possibilidade de seu empenho direto na arena política. Esta eventualidade poderia complexificar ainda mais o cenário futuro, uma vez que Mabote é uma personagem pública com grande prestígio nacional e internacional, e a formação de um novo partido por ela chefiado teria certamente um impacto notável mas, ao momento, imprevisível.

Finalmente, o papel da comunidade internacional, da qual o orçamento moçambicano continua a depender em larga medida. Será que esta tem consciência do quadro atualmente presente em Moçambique? Se sim, qual será a sua postura? Interventiva ou apenas neutra, de simples observadora externa? E se for interventiva, em que sentido ela decidirá intervir?

Como é fácil constatar, o futuro é imprevisível, mas uma coisa parece certa: o quadro bipolar que tínhamos conhecido anteriormente já faz parte da história de Moçambique, não da sua atualidade. A democracia já não é bloqueada. Caberá principalmente à Frelimo e à Renamo interpretarem essa mudança pacificamente, encarando o respectivo risco político mediante novos paradigmas. A grande dúvida é se serão capazes de fazê-lo. Se assim não for, a possibilidade de um novo conflito ou de graves perturbações da ordem legal estarão muito próximas.

1Luca Bussotti é Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Università degli Studi - Pisa, Itália. Investigador Auxiliar no Centro de Estudos Africanos do ISCTE/IUL (Lisboa). Foi Docente no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Pisa (Itália, 2002-2006), Professor Auxiliar Convidado pela ECA/UEM desde 2006 até 2011 e Coordenador do Mestrado em Comunicação e Cooperação para o Desenvolvimento na ECA/UEM, com que continua colaborar. Email:Luca.Bussotti@iscte.pt

2Neste portal lê-se: "O sistema de governação é presidencialista" (www.portaldogoverno.gov.mz).

3O texto citado não foi assinado, mas deve ser atribuído, como defende Della Rocca, a Hoile (DELLA ROCCA, 1998, p. 123).

4Entrevista realizada em Maputo, 29/08/2013.

5Estes jornalistas foram todos entrevistados em Maputo, entre agosto e setembro de 2013.

6Modelo de governança adotado pelo Presidente da República Armando Guebuza a partir de 2005 (N.R.).

7Entrevista com Jeremias Langa, Maputo, 17/09/2013.

8Entrevista com Rogério Siteo, Maputo, 17/09/2013.

9Entrevista com Simeão Ponguane, Maputo, 11/09/2013.

10Informação obtida graças a uma conversa com um jornalista da RM, que quis manter o anonimato.

Referências

- ALDEN, C. 2001. *Mozambique and the Construction of the New African State*. New York: Palgrave.
- BRAATHEN, E.; ORRE, A. 2001. Can a Patrimonial Democracy Survive? The Case of Mozambique. *Forum for Development Studies*, Zurich, n. 2, p. 199-239.
- BUSSOTTI, L. 2010. Entre riquezas e revoltas: Reflexões sobre a situação política e social de Moçambique. *Pambazuka News*, 12 out. 2010. Disponível em: <<http://pambazuka.org/pt/category/features/67679>>. Acesso em: 04/05/2011
- CABAÇO, J. L. 1995. A longa Estrada da democracia moçambicana. In: MAZULA, B. (Org.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Elo Gráfica, p. 80-114.
- CARTER FOUNDATION. 2001. *Observing the 1999 Elections in Mozambique*. Disponível em: <www.cartercenter.org>. Acesso em: 12/12/2012
- CHICHAVA, S. s.d. Mozambican democracy: Research Notes. Disponível em: <www.iese.ac.mz>. Acesso em: 12/12/2012
- CHICHAVA, S. 2010. Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana? *Cadernos IESE*, Maputo, n. 2/2010. Disponível em: <www.iese.ac.mz>. Acesso em: 03/07/2011
- CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. 2013. Gurué será decidido em Maputo. *Eleições Autárquicas 2013, Boletim sobre o processo político em Moçambique*, Maputo, n. EA 51, 21 nov. 2013.
- CISTAC, J. 2013. Os Três Poderes do Estado. In: CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (Org.). *Governança e Integridade em Moçambique: Problemas práticos e Desafios Reais*. Maputo: CIP, p. 15-21.
- D'ANDREA, S. 2010. Dalla democrazia bloccata al blocco della democrazia. *Arianna Editrice*, Bologne, 26 jan. 2010. Disponível em: <http://www.ariannaeditrice.it/articolo.php?id_articolo=30206>. Acesso em: 15/12/2012
- DELLA ROCCA, R.M. 1998. *Moçambique da Guerra à Paz*. Maputo: Livraria Universitária.
- EDITORIAL. 2013. *Savana*, Maputo, 29 nov. 2013.
- MOZAMBIQUE. 2012. *Freedom House*. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/mozambique#.UtPxm_v0-rU>.
- FAUVET, P.; MOSSE, M. 2004. *É proibido pôr algemas nas palavras*. Lisboa: Caminho.
- GRUPO Vodacom confirma ordem de bloqueio. *Savana*, Moçambique, 17 set. 2010.
- HOILE, D. 1990. *The 1990 Frelimo Mozambican Constitution: Law or Party Politics?* London: Mozambican Institute.
- LANGA, J.; BELARMINO, N. 2012. As pessoas não falam à vontade na Frelimo e na sociedade. *O País*, Maputo, 25 set. 2012.
- LEVITSKY, S.; WAY, L.A. 2002. The Rise of Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, Washington, DC, v. 13, n. 12, p. 51-65.
- LODGE, T., KADIMA, D.; PATTIE, D. (Eds.) 2002. *Compendium of Elections in Southern Africa*. South Africa, EISA.
- MACAMO, E. 2002. A transição política em Moçambique. *Centro de Estudos Africanos, Occasional Paper Series*, Lisboa, n. 4. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2431>>. Acesso em: 04/02/2011

MACUANE, J.J. 2009. Semi-presidencialismo em Moçambique 1986-2008. In: COSTA LOBO, M.; AMORIM NETO, O. (Org.). *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MANNING, C.L. 2002. *The Politics of Peace in Mozambique*. Connecticut: Westport.

MATIAS, L. 2012. X Congresso da FRELIMO evidencia queda de braço interna do partido. *Deutsche Welle – Notícias*, 24 set. 2012. Disponível em <<http://www.dw.de/x-congresso-da-frelimo-evidencia-queda-de-bra%C3%A7o-interna-do-partido/a-16258219-1>>. Acesso em: 12/12/2012

MAZULA, B. 1995. As Eleições Moçambicanas: Uma Trajectória da Paz e da Democracia. In: MAZULA, B. (Org.). *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Elo Gráfica, p. 25-77.

MENESES, P.; SANTOS, B. S. 2009. Mozambique: The Rise of a Micro Dual State. *African Development*, v. 34, n. 3-4, p. 129-166.

NILSSON, D. 2010. "Power sharing": a stumbling block for democracy in Africa? *The Nordic Africa Institute*, 19 abril 2010. Disponível em: <www.nai.uu.se/news/articles/power_sharing>. Acesso em: 12/12/2012

RONCHEY, A. 1982. *Chi vincerà in Italia? La democrazia bloccata*, Milano: Mondadori.

RØNNING, H. 2009. Strengths and Weaknesses: Political Change and the Media in Africa Since the 1990s. In: SKARE ORGERET, K.; RØNNING, H. (Org.). *The Power of Communication*. Oslo: UNIPUB, Oslo.

SALEMA, E. 2008. Manifestações de 5 de Fevereiro confirmam a existência de censura nos media moçambicanos. *Moçambique para todos*, Maputo, 11 fev. 2008. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/02/manifestaes-de.html>. Acesso em: 28/04/2011

SENDÁ, R. 2013. A Frelimo de hoje não aceita a crítica e muito menos a auto-crítica. *Savana*, Maputo, 18 out. 2013.

SHENGA, C. 2007. The Quality of Democracy: An Analysis of the Mozambican Legislature Capacity and Responsiveness. In: *AFRICAN Legislature Project*. Disponível em: <<http://www.africanlegislaturesproject.org/node/245>>. Acesso em: 12/12/2012

SITOE, R. 2006. A pretensa teoria da conspiração. *Notícias*, Maputo, 21 nov. 2006.

_____. 2012. Editorial. *Notícias*, Maputo, 28 set. 2012.

_____. 2012. Editorial. *Notícias*, Maputo, 05 out. 2012.

TIMÓTEO, A. 2009. Empresa do candidato Guebuza fornece urnas à CNE. *Canal de Moçambique*, Maputo, 16 out. 2009.

UNIÃO EUROPEIA. 2009. *Missão de Observação Eleitoral: Relatório Final*. Eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais. Moçambique, out. 2009.

Artigo recebido em: 01/03/2013

Aprovado em: 05/09/2013